



ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

EDITAL

N.º 31/II/2015

Eu, **António Marques de Oliveira**, Presidente da Assembleia da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas,

Faço Público, que na Sessão Ordinária de Dezembro, realizada no dia **17 de dezembro de 2015**, a Assembleia da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, aprovou a seguinte Moção:

MOÇÃO

Sobre a Necessidade de Aumento do Salário Mínimo Nacional

As eleições do passado dia 4 de outubro deram expressão eleitoral a anos de luta dos trabalhadores e do povo, em defesa dos seus direitos, dos seus salários, reformas e pensões, da sua dignidade.

De forma clara, os portugueses rejeitaram a austeridade, a política de exploração de quem trabalha, os baixos salários e o empobrecimento, eixos centrais das opções políticas do Governo PSD/CDS.

Dando corpo à vontade de mudança, e para concretizar uma efetiva rutura com as opções políticas que afundaram o nosso país, torna-se urgente a valorização dos salários, nomeadamente através do aumento do salário mínimo nacional.

Assim, considerando:

- Que o Salário Mínimo Nacional, conquista da Revolução de Abril, representou uma profunda valorização do trabalho tendo constituído uma significativa melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo português;



ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

EDITAL

N.º 31/II/2015

- Que décadas de governos de política de direita de PS, PSD e CDS, procuraram impor o ataque aos direitos e salários, agravar as injustiças na distribuição da riqueza nacional e degradar ainda mais a qualidade de vida da generalidade dos portugueses, tendo como verdadeiro objetivo dos seus programas políticos o agravamento da exploração dos trabalhadores e o acentuar da concentração da riqueza nacional, com as consequências que estão à vista no desemprego, que continua em níveis inaceitavelmente altos, na dívida que não para de crescer, na emigração, na pobreza e no retrocesso económico e social;
- Que fruto destas opções, hoje, 1% da população detém cerca de 25% da riqueza nacional e 5% da população acumula quase 50% da riqueza nacional, sendo que em 1975, em resultado das conquistas da Revolução de Abril e consequente valorização dos salários, 72,3% da riqueza nacional ia para salários e 27,7% do rendimento nacional eram distribuídos como rendimentos de capital e que em 2013, fruto das políticas contra revolucionárias executadas pelos sucessivos governos PS, PSD e CDS, os salários apenas representavam 37,8€ da riqueza nacional e os rendimentos de capital acumulavam 62,2% da riqueza nacional;
- Que estes números, inaceitáveis, demonstram a injustiça na distribuição da riqueza e o processo de concentração da riqueza que os Governos de PS, PSD e CDS levaram a cabo;
- Que por responsabilidade dos sucessivos Governos de PS, PSD e CDS, Portugal mantém um dos mais baixos salários mínimos nacionais da Europa;
- Que, para inverter este processo de injustiça, pobreza e agravamento da exploração, já em Dezembro de 2006, há quase 8 anos, foi acordado entre o então Governo do PS de



ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

EDITAL

N.º 31/II/2015

Sócrates e os parceiros sociais que, em janeiro de 2011, o salário mínimo nacional deveria estar fixado em 500 euros;

- Que este aumento só aconteceu em 2014, fruto da luta dos trabalhadores, que forçou o Governo PSD/CDS a aumentar o salário mínimo para os 505 euros, que líquidos representam 450 euros por mês, e mesmo aí este aumento, tardio e insuficiente, face ao aumento do custo de vida entretanto ocorrido, foi ainda a desculpa para o Governo PSD/CDS reduzir a Taxa Social Única, as contribuições dos patrões para a Segurança Social, e foi fixado um mecanismo de congelamento do aumento do salário mínimo que é inaceitável;
- Que, não satisfeito e apostado num processo de empobrecimento do país, o Governo PSD/CDS atacou os salários e os direitos dos trabalhadores, retirando poder de compra através do congelamento dos salários e do aumento extorsivo dos impostos;
- Que, ao longo dos anos, o salário mínimo nacional tem sido profundamente desvalorizado por sucessivos governos, com atualizações abaixo do aumento dos rendimentos médios e do índice de preços ao consumidor;
- Que, se o salário mínimo nacional tivesse sido atualizado todos os anos, considerando a inflação e o aumento da produtividade, o seu valor seria hoje superior a 620 euros;
- Que, em Portugal, o salário mínimo nacional é a remuneração de referência para centenas de milhares de trabalhadores, estimando-se que sejam mais de 546 mil os trabalhadores que auferem esse valor, o que comprova os baixos salários como opção política e uma realidade predominante no nosso país, e uma das causas das enormes e gritantes desigualdades sociais que assolam o nosso país e que não cessam de aumentar;



ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

EDITAL

N.º 31/II/2015

- Que o peso das remunerações nos custos das empresas e o seu suposto efeito negativo para a competitividade é uma falácia. Na verdade, as remunerações têm um peso de apenas 18% na estrutura de custos das empresas, muito inferior a outros custos de produção, designadamente com a energia, combustíveis, crédito ou seguros (e que este conjunto de custos estão sujeitos à estratégia de lucro máximo de um conjunto de empresas e setores que, depois de privatizadas passaram a penalizar fortemente a economia nacional).

Consideramos que o imediato aumento do salário mínimo nacional para 600 euros é imperioso, por razões de justiça social e de uma mais justa distribuição da riqueza mas também por razões de carácter económico, uma vez que assume especial importância no aumento do poder de compra, na dinamização da economia e do mercado interno.

Se a tudo isto juntarmos a profunda injustiça que comportam as medidas concretizadas e anunciadas pelos sucessivos governos das políticas de direita de PS, PSD e CDS, sempre defendendo os interesses dos grupos económicos e financeiros e os seus avultados lucros, penalizando de forma acrescida os trabalhadores, os reformados e a população em geral, torna-se indispensável aumentar o salário mínimo nacional para os 600 euros em janeiro de 2016.

Assim, a Assembleia da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, reunida em sessão ordinária em 17 de dezembro de 2015, delibera:

1. Valorizar a luta dos trabalhadores e do povo em defesa dos seus salários, reformas e pensões, dos seus direitos e pela mais justa distribuição da riqueza que produzem;
2. Recomendar ao Governo o aumento do salário mínimo nacional para 600 euros, a partir de janeiro de 2016.



**ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE
ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS**

EDITAL

N.º 31/II/2015

**POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE EDITAL E OUTROS DE IGUAL TEOR QUE VÃO SER
AFIXADOS NOS LUGARES HABITUAIS DA FREGUESIA.**

Cacilhas, 18 de dezembro de 2015

**O Presidente da Assembleia da União das Freguesias de
Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas**

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'António Marques de Oliveira', is written over a faint, light blue watermark of the same signature.

António Marques de Oliveira